



INFORME JURÍDICO

ANO XXVI

INFORME DA ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES

14 / MARÇO / 2022

STJ BARRA TRIBUTAÇÃO DE INCENTIVO FISCAL DO ICMS

Confira como os ministros votaram

Por Joice Bacelo, Valor — do Rio

[Leia Mais](#)

DIREITO PENAL

RECEITA DEVE AGUARDAR DECISÃO ADMINISTRATIVA PARA COMPARTILHAR DADOS SOBRE POSSÍVEL CRIME

Para STF, deve ser privilegiada a opção do legislador, que é válida e razoável
CRISTIANE BONFANTI

FLÁVIA MAIA

[Leia Mais](#)

É POSSÍVEL COMPENSAR TRIBUTO PAGO INDEVIDAMENTE ANTES DO MANDADO DE SEGURANÇA QUE ADMITIU A COMPENSAÇÃO

A Primeira Seção, unificando o entendimento entre as turmas de direito público do Superior Tribunal de Justiça (STJ), admitiu a possibilidade de serem compensados os tributos pagos indevidamente antes da impetração do mandado de segurança que reconheceu o direito à compensação, desde que ainda não atingidos pela prescrição.

[Leia Mais](#)

AGENDA DO STF: MINISTROS ANALISAM SE GOVERNO PODE MUDAR BENEFÍCIO DO REINTEGRA

Após greve dos caminhoneiros de 2018, governo reduziu alíquotas do programa de estímulo à exportação

Por Valor — São Paulo

[Leia Mais](#)

AO MENOS, 90 DIAS

AGU SE POSICIONA CONTRA COBRANÇA IMEDIATA DO DIFAL DO ICMS PELOS ESTADOS

Parecer foi enviado ao STF em ação aberta pelo Alagoas. Para o estado, imposto não depende de anterioridade anual

LETÍCIA PAIVA

[Leia Mais](#)

NOVA ADI

ESTADO DO CEARÁ QUESTIONA NO STF SUSPENSÃO DO RECOLHIMENTO DO DIFAL DO ICMS

12 de março de 2022, 9h57

O Supremo Tribunal Federal recebeu mais uma ação contra a interrupção do recolhimento do Diferencial de Alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (Difal/ICMS) sobre operações destinadas ao consumidor final, prevista na Lei Complementar 190/2022. Desta vez a interrupção está sendo contestada pelo estado do Ceará, que ajuizou a ADI 7.078.

[Leia Mais](#)

VALIDADE DO MOVIMENTO

MEDIDAS PARA MITIGAR GREVE SÓ SE APLICAM A SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS, DIZ STF

Para não esvaziar o direito de greve previsto na Constituição, o Supremo Tribunal Federal julgou parcialmente procedente uma Ação Direta de

Inconstitucionalidade contra o Decreto 7.777/2012, que trata de medidas para a continuidade de serviços públicos dos órgãos e entidades da administração pública federal durante greves e paralisações.

[Leia Mais](#)

PGFN ALERTA CONTRIBUINTES POR MENSAGENS NO CELULAR VIA SMS

Mensagens são referentes à inscrição de débitos em dívida ativa e sobre negociações

[Leia Mais](#)

STF JULGA CONSTITUCIONAL TRANSFERÊNCIA DE CONCESSÃO PÚBLICA SEM NOVA LICITAÇÃO

Prevaleceu o entendimento de que, mantidos os efeitos jurídicos da licitação que outorgou inicialmente o serviço público, a alteração da concessionária, com a anuência do poder público, não ofende a Constituição.

[Leia Mais](#)

BEM DE FAMÍLIA DE FIADOR PODE SER PENHORADO PARA QUITAR DÍVIDA DE ALUGUEL COMERCIAL, DECIDE STF

Prevaleceu o entendimento de que deve ser respeitada a livre iniciativa do locatário e a autonomia de vontade do fiador, que, de forma livre e espontânea, garantiu o contrato.

[Leia Mais](#)

STF JULGA CONSTITUCIONAL BÔNUS DE EFICIÊNCIA DE CARREIRAS DA RECEITA E DA AUDITORIA-FISCAL DO TRABALHO

De acordo com o entendimento unânime do Plenário, a remuneração por performance não ofende normas constitucionais.

[Leia Mais](#)

POR UNANIMIDADE

STF DEFINE QUE INCIDE ISS NA INSERÇÃO DE TEXTOS PUBLICITÁRIOS

Relator, Toffoli observou que, mesmo que uma atividade seja mista, entendimento do STF é que a tributação ocorra pelo ISS

CRISTIANE BONFANTI

[Leia Mais](#)

PSDB PEDE QUE STF DECLARE QUE COBRANÇA ANTECIPADA DO ITBI É INCOMPATÍVEL COM A CONSTITUIÇÃO

A ação se volta contra a exigência da apresentação de comprovante de pagamento do imposto como condição para o registro de transmissão da propriedade.

[Leia Mais](#)

BASE DE CÁLCULO DO ITBI É O VALOR DO IMÓVEL TRANSMITIDO EM CONDIÇÕES NORMAIS DE MERCADO, DEFINE PRIMEIRA SEÇÃO

Sob o rito dos recursos especiais repetitivos (Tema 1.113), a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu três teses relativas ao cálculo do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) nas operações de compra e venda:

[Leia Mais](#)

STF REJEITA REDISCUTIR INELEGIBILIDADE DA LEI DA FICHA LIMPA

Ação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) questionava dispositivo da Lei da Ficha Limpa já declarado constitucional pela Corte.

[Leia Mais](#)

STF VAI DISCUTIR COBRANÇA DE IPVA DE VEÍCULOS DE LOCADORAS NOS ESTADOS DAS FILIAIS

A matéria, objeto de recurso de uma locadora do Paraná contra lei de São Paulo, teve repercussão geral reconhecida.

[Leia Mais](#)

TUDO DE NOVO

INSTITUTO CONTESTA PEDIDO DE DESTAQUE EM JULGAMENTO DA 'REVISÃO DA VIDA TODA'

Nesta quarta-feira (9/3), o Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev) apresentou questão de ordem no Supremo Tribunal Federal para questionar o pedido de destaque do ministro Kássio Nunes Marques no julgamento sobre a "revisão da vida toda". O magistrado retirou o caso do Plenário Virtual mesmo após todos os colegas já terem votado.

[Leia Mais](#)

GOVERNO CORRIGE LISTA DE PRODUTOS COM REDUÇÃO DE IPI

Redação original do decreto que diminui o imposto em 25% para automóveis e itens da linha branca estabelecia aumento de alíquota para a máquina de lavar

Por Joice Bacelo

[Leia Mais](#)

SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

TRF3: CONCESSIONÁRIAS SUBSTITUÍDAS PODEM EXCLUIR ICMS-ST DA BASE DO PIS/COFINS

Trata-se de um filhote da 'tese do século', que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins

ARTHUR GUIMARÃES

[Leia Mais](#)

JUSTIÇA MANTÉM DEMISSÃO POR USO DE CELULAR NO HORÁRIO DE TRABALHO

Há decisões de segunda instância e do TST validando dispensas por justa causa

Por Adriana Aguiar — De São Paulo

[Leia Mais](#)

DECISÃO: É POSSÍVEL LIBERAÇÃO DE CARGA IMPORTADA APÓS TRATAMENTO FITOSSANITÁRIO DE EMBALAGENS CONTAMINADAS

Ao negar provimento à apelação interposta pela União, a 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) confirmou a sentença que concedeu a segurança para determinar a inspeção e o tratamento fitossanitário de embalagens de madeira de uma carga de porcelanato importado, para possibilitar a imediata liberação da mercadoria, se não houver outro impedimento à liberação.

[Leia Mais](#)

POR CINCO VOTOS A DOIS

CARF AFASTA MULTA QUALIFICADA EM CASO DE ÁGIO INTERNO

Prevaleceu o entendimento de que a qualificação da multa depende de comprovação de dolo por parte do contribuinte

MARIANA RIBAS

[Leia Mais](#)

CCJ PODE VOTAR REFORMA TRIBUTÁRIA NA QUARTA-FEIRA

Da Agência Senado | 11/03/2022, 09h58

Davi Alcolumbre, Rodrigo Pacheco e Roberto Rocha em reunião da comissão, em fevereiro

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Relator da reforma tributária apresenta à CCJ novas alterações ao texto

[Leia Mais](#)

SENADO INSTALA COMISSÃO PARA REFORMA DE CÓDIGOS TRIBUTÁRIO E ADMINISTRATIVO

Da Agência Senado | 11/03/2022, 17h23

A comissão de juristas fará sua primeira reunião na próxima quinta-feira (17), a partir das 17h

[Leia Mais](#)

PROJETO PREVÊ FONTE DE CUSTEIO PARA O COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO

Texto regulamenta em lei a Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro, que existe hoje por força de portaria do Ministério da Justiça

[Leia Mais](#)

CONGRESSO DERRUBA VETO À RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Projeto seguirá para promulgação

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

[Leia Mais](#)

VAI À SANÇÃO PROJETO QUE MUDA ICMS PARA FREAR ALTA NOS PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS

Da Agência Senado | 11/03/2022, 13h52

Leopoldo Silva/Agência Senado

Para frear alta de combustíveis, Senado aprova mudança no ICMS

Aumento de preços dos combustíveis 'é inaceitável e muito nocivo', diz Pacheco

[Leia Mais](#)

PROJETO CRIA SISTEMA DE BANDAS E FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO PARA CONTER ALTA NOS COMBUSTÍVEIS

Proposta também cria o Auxílio Combustível Brasileiro, que vai variar de R\$ 100 a R\$ 300 e será pago preferencialmente aos inscritos no Auxílio Brasil

[Leia Mais](#)

MERCADO DE CAPITAIS

SENADO APROVA MP QUE CORTA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA ASSESSORES DE INVESTIMENTO

Aprovação foi resultado de articulação envolvendo agentes autônomos, governo e parlamentares

ARTHUR GUIMARÃES

[Leia Mais](#)

TIRE SUAS DÚVIDAS

GESTANTES NA PANDEMIA: PERGUNTAS E RESPOSTAS SOBRE A VOLTA AO TRABALHO PRESENCIAL

Novas regras foram publicadas no Diário Oficial da União nesta quinta-feira (10/3)

JULIANA CASTRO

[Leia Mais](#)

O Informe Jurídico é um informativo diário elaborado pela ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES contendo uma coletânea das principais notícias de interesse empresarial e da legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens um spam. "envio.advcbm.com.br".



Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição aqui.](#)